

## **Ditadura Militar e Organização do Trabalho no Brasil**

André de Melo Santos\*

A organização racional e científica do trabalho é um tema recorrente na sociedade moderna. Com o advento da sociedade capitalista, o trabalho passou a ser um tema discutido por filósofos e por pensadores da nascente sociologia. Na sociedade capitalista, o trabalho é caracterizado pela exploração do trabalhador pelos capitalistas detentores dos meios de produção. Desde o século XIX quando a indústria moderna se consolidou é comum vermos nos livros de história, relatos sobre o grande aumento da produção através da utilização de novas tecnologias, transformação das cidades, a formação da classe operária, a hegemonia da burguesia e, a destruição dos resquícios do feudalismo. Nesta sociedade a divisão de classes se encontrava agora fundamentalmente entre a burguesia e o proletariado. A burguesia detentora do capital e dos meios de produção, do outro lado à classe trabalhadora que vende sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência.

Essa luta tem sido marcada por reivindicações por melhores salários, menos horas de trabalho, direito às férias, por parte dos trabalhadores e, aumento da produção com menor custo, menos encargos trabalhistas por parte dos capitalistas. Essa disputa existe no trabalho e reflete uma condição que define a sociedade capitalista que é a luta de classes. No caso desta sociedade, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado, porque o capitalismo se caracteriza por uma nova forma de exploração do trabalho, diferente de outros modos de produção este defende que o trabalhador tem que ser livre para vender sua força de trabalho, como a burguesia detêm os meios de produção, e a mão de obra da classe operária se faz necessária para realizar a produção de mercadorias, estas classes são fundamentais para a existência do capitalismo. Em momentos de acirramento das lutas ocorrem greves, revoltas e existe a possibilidade dessas gerarem movimentos revolucionários. A burguesia diante de situações de acirramento das lutas faz concessões no intuito de amortecer estas. Contudo, para se reproduzir o capital necessita intensificar a exploração, visto que o capitalista está em competição com outros capitalistas em busca de mercados para vender suas mercadorias, esta competição ocorre a nível nacional e internacional. Como consequência, esta concorrência força a queda dos preços, que por sua

---

\* Licenciado em história pela UFG, Mestre em sociologia pela UFG e Doutorando em sociologia pela UFG. Atualmente é professor do IFG campus Uruaçu.

vez diminuem os lucros. Do outro lado, temos os trabalhadores reivindicando melhores salários, jornadas de trabalho menores, assim o cenário caótico da produção capitalista, marcada pela extração do Mais-valor, e pela luta diante deste.

O debate sobre o trabalho é um ramo independente na sociologia. Contudo sua análise não pode ser desvinculada da totalidade das relações sociais. É o caso do objeto de nosso trabalho, que é sobre o fordismo no Brasil. Falaremos de uma forma de organização do trabalho e de como este foi implementado em um país de capitalismo subordinado, no caso o Brasil, e quais as diferenças em relação aos países centrais e que relações internacionais estavam em jogo para que o modelo fosse implementado da forma e no contexto que foi no Brasil.

Para tal iniciaremos uma discussão sobre a teoria dos regimes de acumulação nos baseando nas análises de Viana (2009), Harvey (2000), que discutem o tema bem como a contribuição de Eaton (1965) sobre a natureza das crises no capitalismo. Feito isso discutiremos o fordismo, conceituando este e analisando a forma que foi implementado nos países centrais no pós II Guerra, a estabilidade que este regime conseguiu e sua crise.

Por fim discutiremos o tema do artigo, como o fordismo foi implementado no Brasil, quais as características, o que o diferenciou do modelo implantado nos países centrais e, qual foi o correspondente aqui no período do Estado de Bem-estar-social no período em que a industrialização baseada no capital e na tecnologia estrangeiros foram aplicados no país a partir da década de 1950.

### **Teoria dos Regimes de Acumulação**

O sistema capitalista é situado na história, bem conhecido dos manuais o seu surgimento, suas fases descritas lá como mercantilista, industrial e imperialista. Contudo o que nos interessa é situar a história do capitalismo dentro das suas mudanças, visto que o sistema é marcado pela exploração de uma classe sobre outra, sua história é marcada pela luta entre estas e como a classe hegemônica, a burguesia, reestrutura a economia garantindo-lhe sua continuidade. Com base na teoria dos regimes de acumulação elaborada por Viana, segundo este,

Regime de Acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcada por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (VIANA, 2009, p. 29-30).

O capitalismo como todos os modos de produção está em constante mudança, porém no capitalismo estas ocorrem em uma velocidade maior. Para compreender estas mudanças que ocorrem dentro do capitalismo se faz necessário uma teoria que explique a lógica dessas mudanças, desta forma a teoria dos regimes de acumulação procura compreender essas fases. A organização do trabalho mostra como a correlação de forças entre burguesia e proletariado atua, marcada pela hegemonia da burguesia e pela resistência do proletariado às condições de trabalho impostas. Estas são questionadas por meio de greves, faltas, enfim resistências espontâneas ao trabalho alienado, por sua vez a burguesia busca formas de amenizar esse conflito, concedendo férias, limitando a jornada de trabalho, atendendo às reivindicações imediatas dos trabalhadores. Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo contém a tendência da queda da taxa de lucro médio, isso faz com que o capitalista aumente a produção para ter uma massa maior de lucro, porém essa produção maior precisa ser vendida o que imunda os mercados fazendo com que o preço das mercadorias caia que por sua vez gera uma crise no sistema como um todo.

Por forma estatal entendemos o modelo de estado necessário para esse desenvolvimento, um estado democrático

<sup>1</sup> ou ditatorial. Visto que a democracia burguesa encobre a hegemonia da burguesia e às classes exploradas vivem numa ilusão de que elegendo seus representantes estes lutarão por seus direitos. Contudo, como classe detentora do poder econômico e político, a burguesia permite uma participação restritas das demais classes na democracia burguesa e, eventuais conquistas dentro deste servem mais para perpetuar a hegemonia burguesa, visto que seus interesses fundamentais não são afetados por tais concessões.

Por fim falamos da exploração internacional, os países centrais que primeiro realizaram a revolução industrial precisam de fornecedores de matérias primas e, mercados para consumir uma produção que não para de crescer daí o sentido da competição internacional. Essa exploração atende às necessidades dos países imperialistas como no século XX quando parte da produção industrial foi deslocada para os países periféricos em

---

<sup>1</sup> Segundo Viana (2003) no Estado burguês existe duas formas de ditadura: uma velada, denominada de democracia, mas que na prática tem a participação restrita da classe operária, visto que os partidos burgueses têm mais dinheiro, espaço na mídia e os ditos partidos que representam os trabalhadores acabam se corrompendo; e ditadura aberta, a exemplo de como vimos no Brasil entre 1964-1985 esse modelo não permite a participação restrita da classe operária e proíbe a atividade política, limitando-a apenas aos partidos oficiais.

busca de mão de obra mais barata, diferente de épocas anteriores que apenas os produtos eram levados para os países imperialistas.

Tendo discutido isso podemos agora apresentar o desenvolvimento cronológico dos regimes de acumulação. Pela questão de tema nos limitaremos ao período do denominado regime intensivo-extensivo no qual o fordismo buscava ampliar a extração de mais-valor relativo no bloco imperialista e a extração de mais-valor absoluto no bloco subordinado, o que foi complementado pelo Estado Integracionista (Welfare-State) e cujo objetivo era aumentar a transferência de mais-valor do capitalismo subordinado para o capitalismo imperialista, através da expansão oligopolista transnacional (VIANA, 2009, p. 35).

Este regime que iniciou no fim da II Guerra e durou até o fim do século XX se caracterizou pelo estado de bem estar social nos países centrais, como o próprio nome diz um estado com garantias sociais aos trabalhadores. Neste contexto, no bloco subordinado o capital transnacional implementava a industrialização em moldes que podemos dizer se assemelhava ao que existia na Europa no século XIX, ou seja, com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração para os trabalhadores, condições que favorecem à acumulação de capital e foram o sustentáculo das medidas sociais que foram implantadas nos países centrais, através do keynesianismo que:

A teoria keynesiana rejeita a economia do laissez-faire (para a qual tudo pode ser deixado ao funcionamento de leis econômicas). Admite que o capitalismo, se entregue a si, leva ao desemprego, mas argumenta que, através de certas medidas de intervenção pelo Estado, o capitalismo pode ser ajustado de modo a eliminar o desemprego e as crises (EATON, 1965, p. 200).

Assim os defensores de tais políticas econômicas defendiam que o capitalismo deveria fazer concessões às exigências da classe trabalhadora e o Estado regular a atividade econômica, o que se mostrou ilusório, já que esse modelo não conseguiu eliminar as crises e, essas concessões foram feitas em período e espaço determinado, visto que no contexto o capital transnacional criou um modelo predatório nos países subordinados.

## **Fordismo**

O que caracterizou o regime intensivo-extensivo nos países centrais foi o fordismo, uma forma de organização do trabalho, desta forma:

O que havia em especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento específico de

que a produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2000, p. 121).

No fim da II Guerra, os países da Europa se encontravam em ruínas e existia a possibilidade de revoluções seguindo o adotado na União Soviética<sup>2</sup> se espalharem na parte ocidental do continente. Contraíndo grandes empréstimos dos EUA os países da Europa iniciaram a reconstrução do pós-guerra. A forma de organização da economia foi caracterizada pela intervenção do Estado na economia, seguindo as teorias keynesianas, com uma aliança entre capital e trabalho, feita via sindicatos.

Porém, neste contexto aparece uma nova forma de exploração internacional, até a II Guerra os países imperialistas não disputavam mercados, mas sim colônias, tanto que isso foi uma das causas das duas guerras. Com o fim da guerra o capital transnacional iniciou o processo de deslocamento industrial para os países periféricos. Assim a industrialização acelerada da América Latina e da Ásia se torna compreensível.

Nestes países o capital encontra condições de exploração da força de trabalho não mais possível nos países centrais. Desta forma:

No que se refere ao contexto de países periféricos, como o Brasil, a implantação do fordismo realizou-se em termos precários, já que o desenvolvimento industrial verificou-se em contexto de exclusão, de forte concentração de renda, impossibilitando, portanto, a vigência das características básicas do fordismo (CATTANI, 1997, p. 90-91).

Para que o desenvolvimento industrial nesses países fosse implementado era necessário que existissem condições políticas, governos que garantissem ao capital que não haveria movimento dos trabalhadores reivindicando melhores salários e condições de trabalho e, que estes governos subsidiassem esse desenvolvimento construindo obras de infraestrutura fundamentais para o funcionamento dessas indústrias.

No caso do financiamento, é interessante notar que esses países, muito pobres e com grandes problemas sociais, não tinham condições de financiar tais obras. Instituições

---

<sup>2</sup> Na União Soviética, autores como Fromm (1975), Pannekoek (2007) e outros insistiram na natureza do regime soviético, denominada por estes de Capitalismo de Estado que se caracterizava por uma ditadura do partido bolchevique. Este instituía a industrialização do país como nos países capitalistas, a diferença entre o capitalismo de Estado e o capitalismo privado era que no primeiro a burocracia estatal assume o controle do Estado e do capital.

criadas pelos países centrais garantiriam estes empréstimos. FMI, Banco Mundial trataram de conceder esses empréstimos, com a finalidade:

Os créditos foram destinados prioritariamente à construção de megaprojetos energéticos ou de infraestrutura (barragens, centrais térmicas, oleodutos, estradas, vias férreas...) muitas vezes inadaptados e megalomaniacos, que foram chamados de elefantes brancos. Esses projetos não tinham como objetivo melhorar a vida diária das populações locais, mais sim extrair recursos naturais do sul para transportá-los livremente para o mercado mundial (MILLET e TOUSSAINT, 2006, p. 56-57).

Estes empréstimos visavam manter a aliança com as elites locais, aumentava a esfera de influência e era uma forma dos países centrais exportarem o excedente de capital. Estes empréstimos destinados à construção de obras de infraestrutura atendiam aos interesses das empresas transnacionais que se instalavam no país, visto que estas obras visavam criar condições para a instalação dessas indústrias.

Do ponto de vista do capital era necessário que um governo forte garantisse que medidas tomadas contra o interesse dos trabalhadores não gerassem greves ou movimentos que ameacem a “estabilidade política”. Assim podemos compreender como que na América Latina neste período se proliferaram ditaduras de direita.

No caso do Brasil existia um embate entre setores populistas e conservadores. Na década de 1950 esse debate se acirrou com o governo nacionalista de Getúlio Vargas. Depois com a morte deste, setores ligados ao populismo defendiam a intervenção do Estado na economia, criando limitações à entrada de capital estrangeiro e, garantindo melhores condições para os trabalhadores. Do outro lado, setores conservadores aliados do capital transnacional defendiam menos intervenção do Estado na economia. Nos países subordinados, como no caso do Brasil a industrialização neste período foi implementada pela chamada “tríade” que era uma aliança formada pelo capital estatal, o capital nacional e o capital transnacional. Segundo Viana:

A diferença entre a acumulação em países imperialistas e a dos países subordinados se encontra na transferência de mais-valor que aumenta o processo de acumulação em uns e diminui em outros. Tanto o Estado quanto o capital nacional são aliados subordinados do capitalismo imperialista e, por consequente, do capital transnacional. Assim, a acumulação capitalista subordinada é mais lenta do que a acumulação dos países imperialistas, pois no primeiro caso temos uma parte da acumulação transferida para o exterior e no segundo uma incrementação devido à transferência para o interior (VIANA, 2005, p. 6).

Com essa expansão do capitalismo também crescia em número a classe operária, e esta se organizava para reivindicar melhores salários, condições de trabalho. Logo na forma como esta industrialização se organizava este capital estava em busca de mão de obra barata, não organizada para que conseguisse altas taxas de lucro com o capital investido. Porém, a classe operária esperava conseguir melhorias nas condições de trabalho, neste período ocorreram muitas greves de trabalhadores (COSTA, 1997) e, diante deste contexto setores conservadores, o capital nacional e o capital estrangeiro articularam o golpe militar.

Com a ditadura militar, o capital encontrava as condições para se expandir, caracterizando:

Socioeconômica do regime militar, ao defini-lo como implementador de um processo de acumulação predatório, ou seja, um tipo particular de acumulação onde se paga constantemente à força de trabalho abaixo do seu valor. Entendemos ser este um processo característica das economias subordinadas, fato que se torna mais grave em função do elevado contingente do exército de reserva. Todas essas características configuram no Brasil um padrão de reprodução e acumulação do capital, cujo produto social foi a uma sociedade extraordinariamente desigual (COSTA, 1997, p. 19).

Desta forma o capital aliado do regime militar encontrava as condições que julgava necessário para sua expansão. O governo fazia empréstimos, garantia obras de infraestrutura necessária à implementação desse parque industrial, muitas vezes entrava como sócio dessas empresas e como é característica de ditaduras militares, toda a oposição é reprimida. No caso do Brasil:

Mediante um conjunto de sucessivas leis salariais, buscou o barateamento do preço da força de trabalho e, para se garantir de eventuais surpresas, avocou exclusivamente para si a regulação capital-trabalho; limitou dramaticamente a atividade sindical; reformou a lei de remessas de lucros em benefício do capital estrangeiro; firmou um acordo para garantia de investimentos estrangeiros; e cerceou as liberdades públicas, de forma que o capital não tivesse nenhum entrave para desenvolver sua marcha em busca da valorização (COSTA, 1997, p. 29).

Durante o regime militar o país experimentou um acelerado crescimento industrial, as empresas começaram a se utilizar o que Costa (1997) chamou de “acumulação predatória<sup>3</sup>”, desta forma as empresas se utilizaram horas extras, geralmente não pagas aos

---

<sup>3</sup> O termo acumulação predatória, criado para explicar a superexploração - que já existia aqui - se faz necessário para explicar a relação desta industrialização com o regime de acumulação intensivo-extensivo (VIANA, 2009). Intensivo devido ao aumento a extração do mais valor relativo no bloco imperialista e, o mais valor

trabalhadores, à data de os índices de reajustes dos salários foram congelados com o pretexto de que geram inflação e, com a atividade sindical totalmente controlada, visto que no período as greves eram violentamente reprimidas pelo exército, foi possível o denominado “milagre brasileiro”, que proporcionou lucros para o capital estrangeiro à custa da exploração do proletariado, segundo Costa:

As horas extras se transformaram num fato cotidiano em praticamente todas as categorias operárias e podem ser entendidas como um instrumento compensatório à desvalorização da força de trabalho. Não seria exagero afirmar que a jornada de trabalho no país retroagiu para algo próximo dos patamares da primeira Revolução Industrial. Tanto em setores onde esse fato é tradicional (construção civil), quanto em setores de ponta, situando-se 10-12 horas de trabalho (COSTA, 1997, p. 43-44).

Por fim chegamos à própria desvalorização do salário mínimo segundo Costa (1997), dados mostram que - em valores atuais<sup>4</sup>- o salário mínimo em 1964 tinha um valor de 367,00 reais e, em 1984, no fim da ditadura militar o mesmo valia com os mesmos índices 206,00 reais. O que deixa claro uma desvalorização do rendimento pago aos trabalhadores. Mostrando como a implementação do modelo industrial no país foi feito com uma intensificação da exploração dos trabalhadores e, por causa do regime ditatorial e suas restrições às greves e manifestações os trabalhadores foram obrigados a aceitar essa situação. O fordismo que existiu no Brasil neste período, apesar do nome não se assemelhava em conteúdo ao que foi implantado nos países centrais. Aqui houve uma superexploração do trabalhador e o regime militar foi à garantia de o movimento dos trabalhadores seria sufocado. Edmilson Costa relata que greves foram encerradas a força pelo exército, dirigentes sindicais foram presos, a política salarial era imposta pelo estado aos trabalhadores seguindo as diretrizes do capital estrangeiro.

### **Considerações Finais**

Ao analisarmos o desenvolvimento industrial que ocorreu no Brasil a partir dos anos 1950, vemos que este foi acelerado, impulsionado pelo Capital transnacional. Estas empresas denominadas de “multinacionais” inauguraram uma nova forma da exploração internacional. Até a II Guerra Mundial, os países centrais concentravam a produção dentro

---

absoluto no bloco subordinado. Assim, no Brasil tivemos aumento da jornada de trabalho, salários menores, horas-extras não pagas.

<sup>4</sup> O livro de Edmilson Costa foi escrito em 1997, onde já vigorava o plano real.



de suas fronteiras. Com o fim do conflito e com o fim das colônias e a consequente criação de novos Estados independentes, os países centrais precisavam de uma nova forma de manter seu controle sobre estes Estados. Assim, o investimento, concessão de empréstimos além de se aliar com as elites locais garantiria para os países centrais o controle sobre esses Estados.

Por outro lado os movimentos de independência e, movimentos nacionalistas, além da possível influência da URSS, as condições concretas de vida e a superexploração da força de trabalho que geraram um sentimento de libertação principalmente no seio das classes trabalhadoras. Nos países centrais, o fordismo se consolidou nos anos 50 se caracterizava por um acordo com os sindicatos e, em troca estes abandonavam o caráter combativo e reivindicativo. Essa cooptação foi possível com a industrialização dos países do bloco subordinado, como o Brasil. Porém nestes países a implementação do fordismo seguiu características próprias, com baixos salários, longas jornadas de trabalho que suscitou os partidos e sindicatos ter grande apoio popular.

Neste contexto de nacionalismo e desejos de independência, nos países subordinados, fordismo nos países centrais, é necessário para o capital eliminar a organização sindical, para garantir a remessa de lucros. A ditadura no Brasil era a saída para manter a hegemonia do capital e sufocar o movimento operário.

O regime de acumulação extensivo-intensivo entrou em crise nos anos 1960 (VIANA, 2009) mostrando que a industrialização baseada na organização fordista não se sustentava por muito tempo. Pois, ao mesmo tempo em que nos países subordinados os movimentos de trabalhadores ganharam novo ânimo nos anos 1970, com grandes greves (COSTA, 1997). Abrindo caminho para o novo regime de acumulação, o integral, que buscou aumentar a exploração nos países centrais, adoção do modelo de organização do trabalho baseado no toyotismo, junto com o Estado Neoliberal.

### **Referências bibliográficas**

CATTANI, A. D. *Trabalho e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

COSTA, E. *A Política Salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.

EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FROMM, E. *Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola: 2000.

MILLET, D & TOUSSAINT, E. *50 Perguntas Respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PANNEKOEK. A. *A Revolução dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007.

TOLEDO, C, N. *1964 Visões Críticas do Golpe*. Campinas SP: Unicamp, 2001.

VIANA, N. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, N. *Acumulação Capitalista e Golpe de 1964*. Revista História e Luta de Classes. Rio de Janeiro, V.1, N°.1, 2005.

VIANA, N. **O** *Capitalismo na era da Acumulação Integral*. Aparecida SP: Idéias e letras, 2009.